

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES SOCIAIS:
notas sobre pobreza em Uberlândia/MG (nos anos 1990).**

Sérgio Paulo Morais¹

MESA 05

RESUMO:

Apresento práticas constituídas e vivenciadas entre administrações municipais, membros da sociedade civil e receptores de ações de “combate à pobreza” em Uberlândia, nos anos 1990. A exposição tratará centralmente de “sentidos” de “pobreza” e da influência dos mesmos nas políticas compensatórias desenvolvidas posteriormente na cidade.

Em Uberlândia, cidade considerada rica, localizada no Triângulo Mineiro, sudeste do Brasil, a introdução de regras de política pública para os pobres se fez acompanhada por transformações na própria lógica de cidade e de vida urbana. Nesse caminho, durante a década de 1990, fatores “amplos”, tais como a distribuição de alimentos e posteriormente a elaboração de programas municipais (como a venda de uma cesta básica) colocaram em evidência a pobreza, a segurança alimentar, o debate sobre a geração de renda e relações de trabalho. Mas indicaram padrões e formas de comportamento projetadas para os pobres da cidade.

Essas regras foram perpetuadas e valorizadas nas décadas posteriores, nas quais ocorreu a implementação de programas federais e estaduais de “compensação” aos pobres. Outros fatores mais pontuais, tais como criações de ONG’s e de conselhos municipais, gestores de políticas públicas, contribuíram para traçar ações e concepções sobre a pobreza em Uberlândia.

As elaborações de certos programas sociais estavam, com pretendo apresentar, sob o julgo de diferentes perspectivas que “explicavam” e faziam combater - através de ações da administração municipal, polícia militar e até mesmo de ONG’s - as causas da pobreza a partir de longas tradições, mitos e assertivas sobre “cultura da pobreza”. Estas visões se manifestaram e se materializaram em contrapartidas solicitadas aos beneficiários das políticas públicas, prospectando mudanças nos modos de vida, e não apenas nas condições de vida, determinando atitudes que deveriam ser contidas, ou que deveriam ser incentivadas. Muitas das ações foram utilizadas como mecanismos de controle e de divisão dos movimentos sociais e políticos da periferia, em nome de ações contra a violência e por meio da diferenciação entre pobreza aceitável e recriminável.

Através de tal percepção nota-se que as relações entre administrações municipais, imprensa, coletividade dos moradores e “beneficiários” assentaram-se em referenciais ampliados de informações e formações tanto sobre a pobreza, quanto ao funcionamento da sociedade. Criando hegemonias através de entrelaçamentos sociais diversos, que, em conjunto com as determinações centrais de programas, produziram normatizações e regras diversas. (BICHR, 2010).

ÁGUA NO FEIJÃO.

¹ Professor do curso de graduação e pós-graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em História pela PUC-SP. E-mail: sergio@inhis.ufu.br.

Para discutir tais dimensões, inicio com uma situação inusitada, porém pioneira na avaliação, por parte da administração pública e instituições agregadas, da quantidade de “necessitados” viventes na cidade de Uberlândia, no princípio dos anos de 1990.

O período em questão é expressamente significativo, pois, em âmbito nacional iniciava-se a “*Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*”, iniciada no Brasil após o impeachment em 1992. De acordo com o Secretário Executivo do Fórum Nacional da Cidadania, Augusto de Franco, o Comitê pela Ética na Política, após ter atuado ativamente nesse acontecimento, se viu na necessidade de ajudar de alguma forma as pessoas carentes. “*Vimos que a fome era o principal problema do país no momento por isso foi iniciadas esta Campanha*”. (Jornal Correio: 10/ 11/1996. p. 2).

A partir de movimentos ligados às universidades, a entidades de classes, à Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, entre outros, a “Campanha” se multiplicou através de ações de bairros, de clubes, de instituições e empresas que passaram a fazer, entre outras atividades, arrecadação de doativos para a distribuição aos considerados carentes, implementando um substantivo político no universo das discussões sobre ética, fome e cidadania (STACCIARINI, 2008).

A “Campanha contra a Fome” originou ações e comitês que se intensificaram em todo o território nacional. Iniciada pelo esforço de Herbert de Souza (Betinho), a mesma se baseou quantitativamente no “Mapa da Fome”, apresentado, por Betinho, em reunião ministerial comandada pelo presidente em exercício Itamar Franco, em 18 de março de 1993. Por razão do documento, se estimava que 32 milhões de pessoas passavam fome no Brasil. (Jornal Correio, 19/03/1993, p. 1).

Naquele ano, diversas secretarias do governo municipal empreenderam ações para comprar, transportar, empacotar e distribuir cerca de 60 toneladas de feijão que estavam envelhecendo nos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) aos uberlandenses pobres. Tratava-se de uma ação da administração municipal sem vínculo direto com a citada campanha. Entretanto, a imprensa local festejou o anúncio e indicou à “gratuidade” do feijão aos “que passavam por necessidade”. (Jornal Correio, 23/03/1993, p.1 e 3).

No episódio, o 36º Batalhão de Infantaria Motorizada, sediado na cidade, contribuiu com grande parte de seu efetivo, em conjunto com funcionários da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, para colocar em funcionamento uma complicada e *quase* mal sucedida distribuição de quatro quilos de feijão a cada uma das 15 mil pessoas beneficiadas. (Jornal Correio, 20/04/1993, p.1 e 3).

O jornal Correio acompanhou todas as fases do processo de distribuição do “feijão” gratuito, que em breve estaria nas “mesas das donas de casa”:

[...]Sob o sol forte, pessoas (moradoras dos bairros Leão XIII, Carajás, Xangrilá, Pampulha e Lagoinha) de idades variadas (aguardaram) a chegada das autoridades para o início da distribuição. [...] ‘A fome de nossa população está num estado tal, que recebemos informações de fila já formada, em bairros onde o feijão será distribuído somente amanhã’ comentou a Secretária de Trabalho e Ação Social Niza Luz durante os discursos no começo da distribuição ontem pela manhã, no bairro Lagoinha. (Jornal Correio, 07/05/1993, p. 9).

O critério da distribuição foi, a princípio, bastante específico: estar desempregado ou receber um salário mínimo e meio. (Correio do Triângulo: 23/03/1993. p. 3). Após algumas reuniões feitas para balizar interesses de associações de bairros, poder público e religiosos, o perfil foi alterado para, ao que parece, atender a moradores de determinadas regiões da cidade, visto que o critério final de escolha

baseou-se na apresentação da conta de água, como forma de comprovar o local de moradia. (Correio, 20/04/1993. p. 1 e 3).

O acontecimento evidenciou certas redes de poder e intervenção de grupos sociais na escolha do público e da forma ritual de entrega do alimento. Vale indicar que os postos de saúde, ainda em 1987, distribuíam cestas básicas (com dezoito quilos de alimentos — arroz, feijão, fubá, leite em pó, além de dois litros de óleo) a gestantes, lactantes ou mães com crianças de até três anos de idade e que possuíam renda familiar inferior a dois salários mínimos, por determinação federal através do programa PSA (Programa de Suplementação Alimentar), um projeto que visava ao atendimento de “crianças e nutrisses, na complementação de suas necessidades alimentares”. *Distribuição de alimentos será no próprio bairro*. (Jornal Primeira Hora, 15/12/1987, p.1).

Os critérios de distribuição do feijão foram mais subjetivos, pois relevavam o local de moradia e indicavam à periferia da cidade como lugar de pobreza.

Assim que a notícia da distribuição tomou corpo na imprensa (pela primeira vez), circulou a informação de que seriam distribuídos 2 quilos de feijão para as 30 mil pessoas. Ao Jornal Correio, a Secretária Niza Luz disse: “o fato da distribuição já estava sendo negociado há meses, só não havia sido divulgado para não “causar expectativa na população”. (Jornal Correio do Triângulo: 07/05/1993, p. 3).

Certamente o índice de possíveis beneficiários era incerto na cidade, e poderia ser mensurado em função de quantitativos a serem “distribuídos” frente a critérios de distribuição. Em divulgação preliminar do “Mapa da Fome” local, feita pelo Correio, um ano e meio após o episódio do feijão da CONAB, tinha-se a estimativa de que 10% dos moradores encontravam-se em situação de miséria:

[...] aproximadamente 45% dos moradores de 27 bairros periféricos da cidade vivem na miséria absoluta. Desse total de miseráveis, 80% são de Uberlândia, 17% da região do Triângulo e Alto Paranaíba e apenas 3% são de outros estados e de outras regiões. [...] Trabalhando especificamente dados referentes às pessoas entrevistadas que são de fora da cidade a pesquisa procurou saber os motivos que levaram os que se encontram abaixo da linha da pobreza a se mudarem para Uberlândia. O primeiro motivo é a procura de trabalho, em segundo lugar vem em busca por melhores condições de estudo, em seguida a procura por melhor tratamento médico. (Jornal Correio, 20/11/1994, p. 1).

Nota-se, além disso, que até 1994 (e em anos posteriores), a pobreza era um atributo externo que migrava para a cidade através dos corpos e mentes dos “que são de fora”. Comum também era a forma de lidar com essa situação. Durante anos membros da Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social, em períodos distintos, em situações diversas, foram até a cidade de Campinas, no estado de São Paulo, para reivindicar a interrupção do envio de pessoas no chamado *vagão dos indigentes*. (Jornal Correio, 09/04/1992, p. C1).

Dentre as ações neste campo “diplomático”, a Prefeitura de Uberlândia conseguiu por vezes a interrupção da linha de passageiros vindos de outras regiões (Jornal Correio do Triângulo: 24/11/1992, p. 9), e por diversas outras esta foi reiniciada. Todos estes esforços foram acompanhados pelo jornal, que tomava partido no sentido da desativação da rota. (Jornal Correio. 08/12/1995, p.1)

Vale ressaltar que o terminal rodoviário era compreendido como outra “via de entrada e de saída” de “migrantes indesejados”. Nele a Prefeitura montou um serviço de “auxílio” — entendido como um órgão de imediata “expedição” de “indigentes” para outras cidades brasileiras. (Jornal Correio. 05/11/1995, p.12).

Após o repasse direto de feijão, em 1993, as medidas em relação aos pobres tomaram outras direções, entretanto, é importante assinalar que até a metade daquela década não havia, em Uberlândia, credenciamento e regras para distinguir e determinar o que era pobreza e como ela deveria ser assistida.

O episódio do feijão centralizou a distribuição na periferia da cidade. As regras seguintes aproximaram os programas do poder público à moradia na cidade, à economia de água e luz e, principalmente, a aptidão dos “necessitados” ao trabalho.

PRÓ-PÃO VERSUS AÇÃO CIDADANIA:

A fome enquanto projeções ampliadas de pobreza, em Uberlândia, não atingiu o status de denúncia de desigualdades, ou mesmo de calamidade pública, desejado pela denúncia do “mapa da Fome”, e pôde ser reformulada pela ação do governo municipal ações contra a pobreza.²

Enquanto narrativa da imprensa local e práticas do poder público, a fome subsumida em pobreza trilhou vários caminhos. Em 1993, cinco meses após a distribuição do feijão da CONAB, a prefeitura projetava investir na qualificação do trabalhador e no crescimento da oferta de empregos para fazer frente contra a miséria. Paulo Ferolla [Prefeito advindo do Partido da Frente Liberal, atual Democratas] compartilhava da opinião de que o problema maior da cidade estava localizado na periferia e que, portanto, medidas deveriam ser implementadas para “*melhorar a qualidade de vida e dar atenção especial aos bairros, ao trabalhador, ao povo de modo geral*”. (Jornal Correio, 22/11/1994, p. 7).

Entre as medidas idealizadas:

Paulo Ferolla propõe a limitação do perímetro urbano e o Secretário de Desenvolvimento, Virgílio Galassi, pretende incentivar a instalação de empresas no distrito industrial que possam pagar bem seus funcionários e contribuir para a elevação geral do poder aquisitivo da população. Não se esqueceu o discurso desenvolvimentista, mas começa a ser delineada na cidade a idéia de que agora é preciso voltar os olhos para a periferia e dar atenção ao assunto da migração, buscar geração de emprego e garantir que os uberlandenses vivam bem. (Jornal Correio, 31/08/1993, p. A.1).

Diferente do projetado, em abril de 1995, a prefeitura de Uberlândia, com a finalidade de ajudar os necessitados, lançou o Pró-pão,³ programa de venda subsidiada de produtos alimentícios e de limpeza que visava atender famílias que comprovassem residência na cidade, consumissem 15 mil litros de água e 100 KWh de energia elétrica e cujo “chefe” recebesse um salário e meio/mês (questão controversa, pois muitos no governos achavam esse índice ridículo para a cidade, e esperavam que ele fosse ampliado para até 3 salários) (Jornal Correio, 21/07/1995, p.3).⁴

² Isso não quer dizer que a fome não tenha existido como risco ou realidade para muitos que viveram e vivem na cidade de Uberlândia.

³ Pró-Pão, de acordo com informações da Prefeitura: tratava-se “um programa cujo objetivo é proporcionar às famílias carentes que residem no Município de Uberlândia a possibilidade de adquirir mensalmente uma cesta contendo produtos básicos a preço subsidiado; este subsídio vai até 20% (vinte por cento) do valor da cesta”. (<http://www.uberlândia.mg.gov.br>. 2002).

⁴ “O Projeto começará a ser implantado no bairro Laranjeiras [...]. A cesta contém 5 quilos de açúcar, 15 quilos de arroz, ½ quilo de café, ½ quilo de farinha de mandioca, 3 quilos de feijão, um saco de fubá, dois de macarrão, 3 latas de óleo de soja, 1 quilo de sal e 5 barras de sabão. O custo estimado para venda aos beneficiados do programa corresponde a 66% do preço de mercado”. Prefeito lança oficialmente o Pró-pão. (Jornal Correio, 12/04/1995, p.1).

O programa traçou, desse modo, o padrão de pobres que a municipalidade reconheceria a partir de então como pertencente à Uberlândia.

Entretanto, o projeto sofreu diferentes críticas. Alas da Igreja, por exemplo, assentavam-se no ensinamento sobre a pesca (ao invés da entrega do peixe). Nesse sentido, a Irmã Elena Kechl, representante da Pastoral da Criança, discordava com o que acreditava ser um aspecto de dependência entre os beneficiários e a Prefeitura. Segundo registrado,

Elena disse que a Pastoral defende o incentivo à implementação de hortas comunitárias ou mesmo de quintais particulares, porque desta forma as próprias famílias participam do processo de produção de seu alimento. ‘Entregar a cesta simplesmente não vai resolver o problema. É preciso ensinar-lhes a produzir. É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe’, disse a religiosa. (Jornal Correio, 12/04/1995, p.1).

Ao que parece, havia um engano da religiosa na formulação da idéia que vinculava o “peixe” à doação e a “pesca” ao trabalho. O “peixe” não seria recebido aleatoriamente e nem seria gratuito aos beneficiados; deveria ser comprado por um segmento de trabalhadores pobres que respondia a um número de exigências impostas pela administração municipal.

A imprensa criou um vínculo entre Pró-pão e a “*Campanha do Betinho*”, que não condizia com as pretensões da administração pública. Tal comparação provavelmente ajudou a difundir uma idéia de distribuição gratuita de alimentos enquanto atitude de contraposição à miséria. Talvez, a pretensão não tenha sido apenas da imprensa, pois, membros do comitê local da Campanha contra a Fome tentaram “contribuir” com o processo de criação e implementação do Pró-pão:

[...]‘Queremos estudar e encaminhar sugestões. Reconhecemos o caráter social do projeto, mas acho importante que a comunidade tome conhecimento dele através das entidades que a representam’, justifica. O psicólogo Lourenço Andrade de Almeida, membro do Comitê ‘Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida’, reforçou a proposta original do projeto do prefeito e disse que a comunidade mais miserável é a que precisa ser beneficiada. Ele sugeriu, de imediato, que fossem incluídos no documento um programa de alimentação alternativa e a criação de hortas comunitárias na cidade. (Jornal Correio, 11/05/1995, p. 9.)

As indicações do comitê foram apresentadas na Câmara Municipal através de emendas parlamentares de vereadores de oposição⁵, entretanto, foram parlamentarmente derrotas. Por seu turno, membros do Comitê apresentaram caras abertas e moções contrárias a aprovação, sem modificações, do programa. (Jornal Correio, 29/06/1995, op. cit. p. 2).

Em que se pesem os conflitos partidários e políticos, os conflitos se deram, por um lado, por razão de “diferenças de percepção”, ou seja, assistencialismo versus condições cidadãs de lutas contra a miséria e pela vida (evidenciadas como criação de

⁵ “As sugestões do Comitê foram apresentadas à Câmara sob a forma de emendas subscritas por oito vereadores, tramitaram pelas comissões e não foram aprovadas, conseguindo voto de apenas seis vereadores: Aniceto Ferreira (PT), Liza Prado (PCdoB), Onofre Oliveira (PSDB), Bauer Dias (PMDB), Geraldo Jabbur (PPR) e, em parte, Geraldo Magela (PMDB)”. Opinião. Pró-pão e Cidadania. (Jornal Correio, 29/06/1995, p. 2).

hortas comunitárias, de programas de alimentação alternativa, de luta contra a corrupção e outros).⁶

Neste aspecto se coadunavam diferentes vertentes da Igreja católica, a ponto do Bispo Dom José Alberto Moura omitir o Pró-pão do rol dos programas de combate à pobreza. (Jornal Correio. 22/10/1995, p. 6.).

Ainda sobre o assistencialismo em contraposição de pretensa “ação cidadania”, a listagem das práticas dispersas realizadas pelo “Comitê” em “pareceria” com o poder público e empresariado local, indicavam:

Há cursos de alimentação complementar de baixo custo para a população de baixa renda, Ação de Combate à fome com trinta e duas hortas domiciliares, Projeto Semente, Ação integrada Educativa no Bairro Dom Almir, Cozinha Alternativa, Projeto Pastoral da Criança, Projeto ‘Come, Tome, Some, Fome’, Projeto Mapa da Fome, O Empresariado e a Cidadania, Projeto Salva-Vida, Projeto Natal Sem Fome, Projeto Solidariedade na Terra, Projeto Integração X Cidadania, Projeto Show Pega na Mentira, Projeto Inverno Quente, Projeto Doe um Livro Infantil... Isto é o que vem relatado pelo Comitê, até a pesquisa feita em julho deste ano de 1995. (Jornal Correio. 22/10/1995, p. 6.).⁷

Afre-se, portanto, que muitas ações se baseavam em recolhimento/repasso de alimentos e de donativos. Portanto, a disputa entre ser “meramente” assistencialista em contraposição às práticas tidas como cidadãs perpassavam, até o meio dos anos de 1990, por atenções de “solidariedade”⁸, de perspectivas cristãs, de incongruências políticas e de noções distintas sobre o trabalho e o desenvolvimento econômico e social dos pobres e da própria cidade.

Por parte da prefeitura, os que não conseguiam pagar o Pró-pão tinham o recurso de inscreverem-se no programa de distribuição de cestas da Prefeitura. Entretanto, tratava-se de um donativo bastante concorrido. Em 2003, por exemplo, havia milhares de inscritos que tentavam receber uma das 350 cestas distribuídas mensalmente. No bairro Morado Nova, considerado periferia, 450 famílias haviam feito a inscrição, mas,

⁶ As reivindicações se conformavam mais exatamente em “[...] 1 - ampliação do objetivo do programa, de modo que atenda à educação alimentar, à criação de hortas familiares, comunitárias e escolares, pomares caseiros e padarias comunitárias e de produção de produtos hortifrutigranjeiros a baixo custo; 2- ampliação da participação da sociedade no programa com maior representação de entidades no Conselho de Administração do Programa, criando audiências públicas anuais e nos bairros, para que a população possa participar na fiscalização, elaboração e execução dos mesmos; 3 – a criação de parcerias com governos, universidades, empresas e entidades; 4 - aumento do número de famílias a serem atendidas, melhorando a qualidade dos alimentos e submetendo o programa a um acompanhamento técnico-científico; 5 – garantir a transparência e permitir efetiva fiscalização, de modo a evitar fraudes e corrupção.” (Jornal Correio do Triângulo. 29/06/1995, op. cit. p. 2).

⁷ A afirmativa, do Bispo, completa-se com: “[...] muita coisa já está sendo feita na cidade, isoladamente ou com parceria entre a administração pública e entidades particulares, para se amenizarem a pobreza e a indigência.”

⁸ Nas palavras do Bispo: “As campanhas de recolhimento de alimentos mostraram que a solidariedade, em torno de um objetivo nobre é possível. É preciso que se continue a obra do Comitê, que reúne forças vivas da sociedade para lutar pela cidadania, erradicando a fome e promovendo a vida. Não se trata de mero assistencialismo a mais. Trata-se antes de atuação de promoção da solidariedade para se implantar uma mentalidade de respeito ao semelhante, dando-lhe condições de participar do convívio social com ser humano. Este tem uma dignidade, que requer condições mínimas de vida de pessoa humana”. (Jornal Correio. op. cit. 22/10/1995, p. 6).

somente 105 delas foram tidas como suficientemente pobres para merecerem o donativo. (Jornal Correio, 01/03/2003, p. B2).⁹

Nesta ambiência, a compra do Pró-pão seria mais um elemento nos parâmetros estabelecidos pelo poder público para normatizar e qualificar uma pobreza aceitável, digna de atendimento. Os qualificados deveriam se comprometer com as regras e relutar para não cair na condição de carentes.

Neste último aspecto, o Pró-pão indicou componentes que seriam observados em futuras ações do poder público em relação às regras a serem observadas quando os cadastros nacionais¹⁰ ficaram sob a responsabilidade de conselhos municipais de controle sobre os programas.

COMBATE À (CULTURA DA) POBREZA?

Após a divulgação do “Mapa”, em 1994, Rubens Pirola, coordenador da “Ação da Cidadania” local demonstrou irritação ao perceber que os moradores dos bairros mais pobres, entrevistados pelos economistas responsáveis por tal pesquisa, diziam que os principais problemas daquelas regiões eram decorrentes da falta de policiamento, de asfalto, de praças públicas e centros poli esportivos para o lazer.

Rubens Pirola, na ocasião, disse que “eles ainda não conseguiram mensurar o problema maior da fome [...] e sequer citam a questão”. Ele mostra ainda outro paradoxo, quanto a pesquisa buscar informações sobre as instalações e utilidades domésticas em suas residências. Os 45% de “miseráveis” detectados pelo levantamento contam com recursos como energia elétrica (presente em 97,55% das casas); rede de água (92%) e serviço de esgoto (87%). “Uberlândia em termos estruturais é uma cidade rica, mas o que aumenta a indignação é que eles contam com todos esses serviços, mas não tem renda suficiente para comprar o que comer”, frisa Pirola. (Jornal Correio, 20/11/1994, p. 1).

Nessa cidade, uma indeterminada concepção de prosperidade caracterizou formas diferenciadas de reconhecer e legitimar o empobrecimento como responsabilidade dos pobres, os quais demonstravam pouca qualificação profissional, pouca informação e baixa capacidade de produzir; de gerar e contribuir para a economia urbana. Evidentemente a desconfiança no poder de informação dos pobres sobre suas vidas, não era uma visão particular ou específica da cidade.

Antes fora aqui indicado que a diferenciação entre o assistencialismo e a cidadania, para além das ações concretizadas, seria mensurada através de atos de “solidariedade”. Mas, para além da subjetividade dessa noção, ocorreram, já ou ainda nos anos 1990, atitudes que tentavam fomentar mudanças nos modos de vida para fazer com que os pobres deixassem a pobreza.

Michael Harrington (1964), escritor católico americano, ao escrever a “Outra América” indicou a existência social (e, talvez, sociológica) de uma “cultura da pobreza”. O termo era academicamente recente, cunhado no final dos anos 1950 pelo antropólogo Oscar Lewis (1959) ao pesquisar a rotina de vida de cinco famílias mexicanas.

Que pesem as distâncias entre os dois autores, na ideia de “cultura” consta algo arraigado nas práticas, tradições, organizações familiares e perspectivas das famílias pobres, que as deixam na pobreza. Tal noção, a meu ver, aproxima-se de um perigoso

⁹ No ano posterior, o quantitativo de distribuição de cestas de Prefeitura saltou para 9.000, (Jornal Correio, 20/03/2004, p. A7)

¹⁰ Tais como o cadastro de crianças no programa Bolsa Escola e o cadastro Único de Programas Sociais (de acordo com Decreto nº 3.877), ambos em 2001 (BICHR, 2010).

determinismo, utilizado em situações posteriores para conduzir políticas e leis para os pobres nos Estados Unidos.

Barbara Ehrenreich, autora do livro “Miséria à Americana” [...], sobre o qual trata de trabalho mal remunerado em diferentes regiões dos Estados Unidos, fez o balanço do que reconheceu enquanto “utilizações”, mesmo sem a concordância do autor, por parte de Republicanos (e até mesmo Democratas) da condição de pobreza enquanto cultura:

Na era Reagan, a "cultura da pobreza" tornou-se o ponto nevrálgico da ideologia conservadora: a pobreza não foi causada por baixos salários ou pela falta de empregos, mas por más atitudes e estilos de vida defeituosos. Os pobres eram imorais, promíscuos, mais propensos aos vícios e ao crime, incapazes de demonstrar gratidão, ou possivelmente até mesmo de ajustar um despertador. A última coisa que poderia ser confiada a eles era dinheiro. Na verdade, [um de seus assessores diretos] Charles Murray argumentou [...] em 1984, que qualquer tentativa de ajudar aos pobres com as suas circunstâncias materiais só teria a consequência inesperada de aprofundamento da sua depravação. (EHRENREICH, 2012).

Mesmo indicando situações localizadas (na América do Norte) a noção de “cultura de pobreza” parece universalizada pelos autores. Harrington (1964) mostrou indicações muito precisas dos lugares da “cultura da pobreza” americana: Montes Apalaches (HARRINGTON, 1964, p.49- 54), guetos negros, tais como o Harlem (p.74-85), etc. Mas algo perpassava as indicações de localidades ou de raça. Assim, algo comum seria, talvez, próprio dos pobres: a “invisibilidade”, o refúgio em “modos de vida” de assistência (p.50) e vida em “trabalhos não eficientes” (p.67). Lewis (1959, p.16) nos diz sobre “lago em comum [via cultura] em todos os pobres do mundo”, pois,

A pobreza vem a ser o fator dinâmico que afeta a participação na esfera da cultura nacional criando uma subcultura em si mesma. Pode-se falar de uma cultura da pobreza, que tem suas próprias modalidades e conseqüências sociais e psicológicas para seus membros. Parece-me que a cultura da pobreza excede os limites do regional, do rural e urbano, e ainda o nacional. Por exemplo, me impressiona a extraordinária similaridade na estrutura familiar, na natureza dos laços de parentesco [...], na ocupação do tempo, nos padrões de consumo [...] encontrado nas classes baixas do bairros de Londres ([...] Hoggart, 1957), ou mesmo em Porto Rico [...], nos bairros de baixo capitalismo e em *pueblos* de México, [...] como nas classes baixas de negros americanos. (LEWIS, 1959, p.17).

Em Uberlândia, obviamente sem tal aporte teórico, o que alguns autores reconheciam como “cultura de pobreza”, algo com que não coaduno na integralidade, esteve próximo daquilo que foi combatido de diversos modos e por diversos sujeitos, incluído o poder público, nos anos de 1990.

Tomarei, entre diversas circunstâncias, apenas três elementos que se fizeram presentes em ações contra a pobreza. A saber, a noção de que pobreza e violência estavam interligadas, a indicação de “cultura” (educação, arte, lazer) como modo de colocar os pobres “para dentro da sociedade” e leis “para os pobres”, com especial destaque ao controle de natalidade.

Violência

Associar pobreza a violência, por mais que numerosos meios (mídia, senso-comum, notícias isoladas, pesquisas acadêmicas e etc.) se esforcem para tanto, é algo sempre nebuloso. Mas não o foi em Uberlândia, principalmente pela criação de uma grande Organização Não Governamental antiviolência, chamada de “*Reação: Organização Brasileira Contra a Violência*”. Organizada a partir do brutal assassinato de dois jovens de classe média na cidade, ocorrido após a segunda metade da década de 1990, esta ONG conseguiu uma divulgação ampla e empenhou-se na defesa da diminuição da maioridade penal. (Jornal Correio, 12/12/1998. p. A-1.)

Os documentos criados pela organização, de acordo com o Correio, subsidiaram diversas ações da polícia militar e fizeram com que operações como “*Fecha Batalhão*” tomassem as ruas dos bairros “problemáticos” da cidade, indicando que a periferia e o crime andavam juntos.¹¹

Em maio de 2000, a Reação realizou uma extensa pesquisa através de questionários enviados a associações de classe, empresas e entidades religiosas, para radiografar a violência em Uberlândia. (Jornal Correio: 02/05/2000. p. B-1). Segundo a coordenadora Maria Helena Franco,

O objetivo do estudo é o de mapear a violência e indicar soluções sugeridas pela própria comunidade. [...] ‘Tivemos a oportunidade de conhecer os anseios da população em diferentes localidades. Furtos, roubos, tráfico e consumo de drogas forma os principais delitos apontados’, revelou. As principais causas da violência, conforme mostra o relatório, são a desestruturação familiar, o desemprego, a falta de policiamento e a impunidade (REAÇÃO FAZ MAPA DA VIOLÊNCIA. Jornal Correio: 20/09/2000. p. B-12).

As soluções apontadas no documento giravam em torno do: “*aumento do policiamento, combate ao tráfico e consumo de drogas, do aumento da oferta de empregos e melhoria do nível educacional, com a criação de cursos profissionalizantes*”. (Jornal Correio: 20/09/2000, p. B-12).

Os elementos sobre o despreparo para o mercado de trabalho, sobre a ignorância e a tendência para vício do álcool e drogas se reificavam nas avaliações sobre a violência na cidade. Na expectativa de auxiliar no combater deste “problema”, o Jornal lançou uma campanha contra a compra de produtos e esmolas nos semáforos (Jornal Correio: 28/11/1999. p. B-1) Intitulada: “*Animais não maltratam seu filhotes*”, a iniciativa teve uma ampla repercussão na cidade; através dela o Jornal pediu contribuição a empresas e demais segmentos urbanos. As arrecadações foram destinadas para um Fundo Municipal, administrado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (Jornal Correio: 12/03/2000. p. A-2) e distribuídas a entidades filantrópicas. (Jornal Correio: 19/03/2000. p. B-2.)

As atividades realizadas pelas entidades beneficiadas eram as mais diversas. De creches a fábricas de velas, meninos e meninas pobres viviam rotinas “educacionais” preventivas, o que retirava-os das “ruas”. Os textos do Correio, mesmo ao apontarem rotinas de trabalho de crianças, mostravam uma certa retração à temática do “trabalho” como uma metodologia de ensino e de aprendizagem, tal como ocorrido com as matérias sobre as Unidades de Orientação de Menores e outras instituições particulares dos anos de 1980 e 1990.

¹¹ De acordo com as Manchetes da imprensa, têm-se: 17º coloca todo o efetivo nas ruas. (Jornal Correio: 22/05/1999. p. A-1). Operação Fecha Batalhão chega a Zona Oeste. (Jornal Correio: 29/05/1999. p. A-1). Sociedade se une contra crime. (Jornal Correio, 16/06/1999.) p. A-1. Entidades discutem projeto básico de segurança. *ibid.*, p. B-6.

“Cultura”

O Jornal Correio ofereceu uma especial atenção às atividades artísticas que envolviam meninos e meninas pobres da cidade. Entre elas, lia-se naquele Jornal “*Cantando e Brincando, meninos aprendem novos valores*”, uma matéria de página inteira sobre a “*formação de cidadãos*”, através da “*educação pela música*”, realizada pela “*Casa de Apoio e Formação do Menor Nova Canaã*”. Segundo a professora Maria de Lima,

Cantando e brincando, as crianças aprendem novos valores. [...] Muitas músicas repassadas nas aulas são de sua autoria e abordam preceitos como verdade, ação correta, paz, amor e não-violência. ‘Por viverem em comunidades de baixo nível intelectual e financeiro, as crianças, geralmente, não têm boa educação. E, como nas demais disciplinas, a aula de canto pretende, não somente despertar o interesse pela arte, mas formar cidadãos’. (Jornal Correio: 02/10/2004. p. C5).

Entre as informações sobre a “Nova Canaã”, que se encontram na matéria, tem-se: “A entidade recebe subvenção da Prefeitura e colaborações de um grupo de oração e de empresários da cidade. A coordenadora Marta Célia de Rezende conta que o objetivo maior é tirar os menores das ruas enquanto os pais trabalham. Assim, a permanência na Nova Canaã é sempre no período oposto ao das aulas regulares. ‘Ajudamos os meninos com as tarefas escolares e incrementamos sua educação’. A música segundo ela, tem sido fundamental no cumprimento dos objetivos. O contato dos meninos com a arte desperta neles maior senso disciplinar e estreita a relação com a comunidade em que vivem”. (Jornal Correio: 02/10/2004. p. C5).

Deste modo, os elementos sobre a ignorância dos pobres trilhavam no Jornal, através de práticas de instituições e sujeitos mais cultos e benevolentes que se esforçam para “incluir-los” no circuito dos educados, dos cidadãos. A cultura, ou a falta dela, foi discutida e registrada nesta dinâmica como exclusão ou desinteresse por eventos artísticos, os quais teriam para alguns jornalistas um significado transformador na vida dos pobres.

Uma simples sessão de cinema pode significar um enorme passo na vida de algumas pessoas que, pela história de vida e formação, não se interessam por eventos artísticos e culturais. Ou, na maioria das vezes, não tem acesso a esse tipo de evento. Se na área central a procura por atrações de teatro, música, dança, entre outros, ainda deixa a desejar, nos bairros periféricos, muitas pessoas nem ao menos sentem falta dela. As crianças continuam sendo a esperança por um despertar de mudanças e as escolas, as principais incentivadoras. (Jornal Correio, 31/10/2004. p. C1.)

Assim, as “mães” ou mulheres que apareciam nas matérias e reportagens sobre o tema da arte eram cobradas pelo “*desinteresse*” dos filhos pelos livros e por outros objetos e atividades consideradas como fornecedoras de cultura.

Um pouco mais longe, no bairro Laranjeiras, mora a viúva Maria Conceição Montijo Souza, 49 anos. Ela vive com os três filhos Reginaldo, 28 anos, Maria Regina, 26, e Regilda, 25. A mais nova tem dois filhos, que também moram na casa: Karina, 8, e Poliana, 4. O lazer da família é a televisão. A preferência pela programação gera alguma divergência, mas nem por isso buscam outras alternativas. Livros não existem dentro de casa. Maria da Conceição costuma ver

fotos de revistas de fofocas. ‘Também gosto de saber o que vai acontecer nas novelas’, diz. A neta mais velha é a única que tem acesso a livros. Na escola, às vezes, lê literatura e revistas em quadrinhos. ‘A história que mais gostei foi a da Branca de Neve’, conta. Mas, o maior sonho da menina é ir ao cinema. ‘Tenho uma colega que foi e disse que é um barato’. *Jornal Correio*, 31/10/2004. p. C1.)

As restrições que a falta de dinheiro poderia impor a idas ao cinema, ou a compra de livros, eram contrapostas com argumentos retirados das narrativas dos entrevistados. Na interpretação do *Jornal*, a condição econômica era diminuída frente às oportunidades oferecidas pela administração pública, que por sua vez registrava a necessidade de “*paciência e tempo para mudar a maneira das pessoas de interar e se integrar com as artes*”.

Desse modo, a cultura vista como um rol de atividades artísticas, formas de comportamento, acesso a meios de comunicação e a objetos, se transformou em uma modalidade de contato e interferência de artistas e “*agentes culturais*” na vida dos pobres, combateriam algumas noções sobre a “cultura da pobreza”.

O *Correio* divulgou várias ações que englobaram o ensino de capoeira, de dança de rua, de balé, de teatro, de oficinas de instrumentos musicais organizadas por gestores de cultura. Em comum: a justificativa de que as ações visavam o despertar da cidadania em crianças e adolescentes da periferia de Uberlândia.¹²

As formas de combater estas causas não se pautaram no reconhecimento de que grande parte daqueles apontamentos foram reivindicados em momentos distintos, através de estratégias diversas, como direitos sociais.

Natalidade

No ano da distribuição, por parte da Prefeitura, do feijão da Conab, 1993, se estabeleceu na cidade de Uberlândia o projeto de lei 2754, ou o “*Programa de Orientação e Assistência ao Planejamento Familiar*” que, segundo o *Correio*, a transformou no primeiro município brasileiro com “*controle de natalidade*”. (*Jornal Correio*, 06/03/1993, p. 1 e 2).

Recaíam sobre as mães pobres certas responsabilidades sobre a multiplicação do número da miséria em Uberlândia. Nas palavras da autora, a vereadora Marta Pannuzzio:

A voluntária da pátria é a mãe pobre. Sobre seu frágil útero recai a responsabilidade de parir operários, camponeses e soldados. Porém, ninguém está disposto a conviver com o substrato social da pobreza.

Segundo a vereadora, que reafirmou a ideia de reprodução desmedidas dos pobres, em recente carta aberta à Presidente Dilma (na qual se dizia “comunista e materialista”) (PANNUZZIO, 2012), a Secretaria Municipal de Saúde criaria a equipe

¹² Como exemplo: “A arte tem a incrível função didática: transformadora, ensina sem pedir licença. Usando o teatro para valorizar a vida e a inteligência de menores carentes, a Instituição de Assistência Social de Uberlândia, ICASU, trabalha universo teatral para ensinar ‘brincando’”. Arte pela Cidadania. Meninos da ICASU vão a Belo Horizonte participar de mostra teatral. (*Jornal Correio*, 08/11/1997. p. 22). Ver também: Crianças dançam em busca do futuro. (*Jornal Correio*, 11/07/1999. p. C.1). Colônias são opção nas férias. (*Jornal Correio*, 15/11/1997. p.C.1). BERNARDES, Adriana. Garota troca cruzamento da cidade pelo estudo de dança. (*Jornal Correio*, 09/1/2000. p. C1). Grupo salva a vida de Jovens e adultos. (*Jornal Correio*, 09/04/2000. p.A1). Educação através da música. Integrantes da bandinha rítmica fabricam instrumentos. (*Jornal Correio*, 24/06/2000. p. C1). Cidadania na cadência da percussão. Edvaldo da Costa Alves, o “Alegria”, desenvolve projeto musical com crianças do Lagoinha. (*Jornal Correio*, 30/06/2000. p. C1); entre outros.

multidisciplinar, constituída de médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, que se encarregariam de levantar as informações sócio-econômicas e as condições físicas e psicológicas dos interessados. O cumprimento dos serviços criados por esta lei ficaria a cargo do poder executivo, autorizado a realizar convênios e contratos com serviços públicos e, em caráter complementar, com a iniciativa privada. Outra diretriz, segundo a autora, era a “de esclarecer a massa carente sobre doenças sexualmente transmissíveis, com o objetivo de profilaxia”. (Jornal Correio, 01/11/1992, p. 1).

Novamente, elementos que incriminavam os pobres por sua própria pobreza, elaboravam explicações a respeito do “empobrecimento” e da piora da qualidade de vida urbana.

A criação da “Ação da Cidadania” favoreceu o redimensionamento dos modos sociais de conduta frente aos pobres e colocou a fome como um elemento de explicitação de diferença entre as classes sociais distintas que habitavam a cidade. Talvez o sentido político atribuído às campanhas organizadas por ela tenha favorecido o abandono de publicações sobre controle de natalidade, laqueadura e vasectomia para carentes e a indisposição para o convívio com o substrato social da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria, por fim, de ressaltar que as ações realizadas pelo poder público e sociedade civil no combate à pobreza (e à fome), nos anos de 1990, em Uberlândia, às vezes coincidentes, às vezes dissidentes e opostas, contribuíram para as atitudes e as concepções (ora “assistenciais”, ora “cidadãs”) sobre o comportamento dos pobres. Tais percepções orientaram normas para o cadastramento e para as “contrapartidas” exigidas nos programas implementados a partir de 2001 (Bolsa Escola, por exemplo) e àqueles colocados em prática durante os governos federais posteriores (Partido dos Trabalhadores).

Percebidas assim, as políticas públicas podem ser analisadas para além de situações eleitorais ou clientelistas. Podemos, ao localizá-las em dimensões históricas, compreender situações de dominação e de organização social que ultrapassam (e nos anos 1990 ultrapassaram) situações de discussão sobre condições de trabalho, moradia e vida, como também discussões sobre “solidariedade” e exploração de classes hegemônicas sobre os trabalhadores.

Pois, de acordo com Erenreich (2012), “se olharmos bem de perto, teremos de concluir que a pobreza não é, afinal, uma aberração cultural ou uma falha de caráter. A pobreza é a falta de dinheiro.”

REFERÊNCIAS

- BICHIR, R. M. Analisando a porta de entrada aos programas de transferência de renda: São Paulo e Salvador. *Bahia Análise & Dados*, v. 19, p. 993-1008, 2010.
- EHRENREICH, Barbara, *Miséria à Americana*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2004.
- EHRENREICH, B. http://www.tomdispatch.com/blog/175516/tomgram%3A_barbara_ehrenreich%2C_american_poverty%2C_50_years_later/ (acessado em 10 de junho de 2012)
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*, Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- LEWIS, O. *Antropologia de la Pobreza*. México: Fondo de Cultura Economica, 1961
- PANNUZZIO, M. Carta Aberta à Presidente do Brasil, Brasil Carinhoso, mimeo. 16/05/2012.

STACCIARINI, J. H. R.. Ação da cidadania contra a fome: identidades, sujeitos sociais e construção da democracia no território brasileiro. In: Maria Geralda de Almeida; Eguimar Felício Chaveiro; Helaine Costa Braga. (Org.). Geografia e Cultura os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008, v. 01, p. 284-307.